

| Balcões de Atendimento | | |
|--------------------------------------------------------------------------|------------------------------|-----------------------|
| Serviço Regional Norte Alentejano | | |
| Portalegre | Elvas | Ponte de Sor |
| Email Estatuto Agricultura Familiar - eaf.srna@drapal.min-agricultura.pt | | |
| Telefone: 245 301 190 | | |
| Serviço Regional Alentejo Central | | |
| Évora | Reguengos de Monsaraz | Estremoz |
| Email Estatuto Agricultura Familiar - eaf.srac@drapal.min-agricultura.pt | | |
| Telefone: 266 703 232 | | |
| Serviço Regional Baixo Alentejo | | |
| Beja | Moura | Aljustrel |
| Email Estatuto Agricultura Familiar - eaf.srba@drapal.min-agricultura.pt | | |
| Telefone: 284 311 500 | | |
| Serviço Regional Alentejo Litoral | | |
| Santiago do Cacém | Odemira | Alcácer do Sal |
| Email Estatuto Agricultura Familiar - eaf.sral@drapal.min-agricultura.pt | | |
| Telefone: 269 822 911 | | |

CONTACTOS

Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo

Av. Eng.º Eduardo Arantes Oliveira,
Apartado 83,
7006-553 Évora
266 757 800

Consulte mais informação em:

www.dgadr.gov.pt
www.drapal.min-agricultura.pt

Plataforma eletrónica
(pedido de reconhecimento):

<http://agrifam.dgadr.gov.pt>



REPÚBLICA
PORTUGUESA

AGRICULTURA
MAR

Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo

Estatuto de Agricultura Familiar

O que é a Agricultura Familiar?

Agricultura Familiar é o modo de organização de atividades produtivas, de gestão do ambiente e de suporte da vida social nos territórios rurais, assente numa exploração agrícola familiar.

O Decreto-Lei n.º 64/2018 de 7 de agosto consagrou o Estatuto da Agricultura Familiar (EAF) distinguindo as especificidades nas suas diversas dimensões, reconhecendo e valorizando a adoção de medidas de apoio específicas a aplicar ao nível local para atender à diversidade de estruturas e de realidades agrárias.

A Portaria n.º 73/2019 de 7 de março regulamentou o procedimento específico destinado à atribuição do Título de Reconhecimento do EAF.

O que é necessário para o reconhecimento de Estatuto de Agricultura Familiar (EAF)?

O EAF é atribuído ao responsável da exploração agrícola familiar que satisfaça cumulativamente os seguintes requisitos:

- **Idade** Superior a 18 anos;
- Rendimento coletável inferior ou igual ao valor enquadável no **4.º escalão de IRS**;
- Receba um montante de **apoio não superior a € 5 000** decorrente das ajudas da PAC incluídas no pedido único;
- O responsável deve **ser titular de exploração agrícola familiar** (enquanto proprietário, superficiário, arrendatário, comodatário ou outro direito) que satisfaça cumulativamente: (1) se situe em **prédios rústicos** ou mistos descritos no registo e inscritos na matriz; (2) utilize **mão-de-obra familiar** em percentagem **igual ou superior a 50%** do total de mão-de-obra utilizado.

O que fazer para pedir a atribuição do EAF?

O responsável da exploração agrícola familiar submete o seu pedido no sítio da Internet da DGADR (www.dgadr.gov.pt) acompanhado dos documentos comprovativos.

Qual a validade do EAF?

1 ano. O seu titular deve requerer a sua renovação até 10 dias antes do fim do prazo de validade.

A atribuição do título de reconhecimento do Estatuto permitirá o acesso:

- A medidas específicas de apoio às atividades de exploração agrícola e florestal;
- A um regime simplificado, em matéria de licenciamento de unidades de produção ao nível da higiene e segurança alimentares;
- Aos mercados e aos consumidores, através do apoio à criação e reativação de mercados de proximidade e de circuitos curtos de comercialização;
- A um regime de reconhecimento das organizações de produtores, adaptado à sua dimensão económica;
- A linhas de crédito adaptadas;
- A apoios específicos para formação, informação e aconselhamento agrícola e florestal;
- A benefícios adicionais na utilização do gasóleo colorido e marcado;
- A um incentivo à gestão eficiente de custos e redução dos custos de energia;
- A incentivos à utilização de energias com base em fontes de produção renovável;
- Ao regime fiscal e de segurança social adequado à Agricultura Familiar nos termos da lei;

(A presente informação não dispensa a consulta da legislação aplicável)